



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMAMANAL

07 a 11 de abril

2025

Perspectiva semanal



Cenário Político

A Câmara dos Deputados vai concentrar as votações da semana, de 8 a 11 de abril, em projetos apresentados pelo STF e STJ. O primeiro item da pauta é o PL 769/2024, que cria 160 funções comissionadas no STF. O STJ propôs três projetos: o PL 4303/2024, que transforma cargos técnicos em cargos de analista com exigência de nível superior; o PL 1/2025, que cria oito varas federais em Santa Catarina; e o PL 2/2025, que reorganiza a Justiça Federal da 1ª Região e cria uma nova turma recursal no Piauí.

Também será analisado o PL 4015/2023, que aumenta penas para crimes contra membros do Judiciário e do Ministério Público, incluindo proteção a seus familiares. A proposta já passou pela Câmara e volta à análise após modificações feitas pelo Senado.

Além disso, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), criou quatro comissões especiais: para ampliar a isenção do Imposto de Renda (com relatoria de Arthur Lira e presidência de Rubens Pereira Jr.), para discutir a regulação da inteligência artificial (relatoria de Aguinaldo Ribeiro), para analisar a PEC 66 sobre o limite ao pagamento de precatórios por municípios (relatoria de Baleia Rossi e presidência de Romero Rodrigues) e para discutir o novo Plano Nacional de Educação 2024–2034 (presidência de Tabata Amaral e relatoria de Moses Rodrigues).

Por fim, após acordo entre os presidentes da Câmara e do Senado, será retomado o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs), com a instalação de comissões mistas para debater duas MPs: a MP 1.290/2025, que libera o saldo retido do saque-aniversário para demitidos entre 2020 e fevereiro de 2025, e a MP 1.292/2025, que trata do empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado. Ambas receberam dezenas de emendas e têm prazos de votação até junho e julho, respectivamente.

Disputa por Agências Aumenta Tensão entre Alcolumbre e Silveira

Durante a viagem presidencial ao Japão e Vietnã, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), recebeu tratamento de destaque ao lado de Lula, enquanto o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, foi isolado —reflexo de um embate por influência sobre indicações para agências reguladoras como ANP, ANAC, ANEEL e ANM. Alcolumbre pressiona o governo para emplacar aliados, especialmente em áreas estratégicas para o Amapá, como a exploração da Margem Equatorial. A disputa evidencia o incômodo do Congresso com o número de diretores interinos nessas agências e pode afetar a governabilidade, já que Alcolumbre é peça-chave nas articulações legislativas. O senador já tem familiares em cargos federais e negocia nomes com Lula, que tenta evitar mais tensões.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA ↑

Em um movimento político estratégico, o presidente Lula (PT) se reuniu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e líderes partidários. Também está prevista uma reunião com lideranças da Câmara. Lula sinalizou que pretende ampliar o diálogo com o Legislativo e realizar novas mudanças em sua equipe ministerial, com o objetivo de fortalecer a base de apoio do governo no Congresso.

ECONOMIA ↓

A indústria brasileira registrou em fevereiro o quinto mês seguido sem crescimento, com queda de 0,1% na produção, segundo o IBGE. Já o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu em 19 dos 29 setores entre fevereiro e março, conforme a CNI.

SOCIAL ↓

A fila de espera por benefícios do INSS voltou a crescer em dezembro de 2024, atingindo 2,042 milhões de requerimentos — número superior ao recorde registrado no início de 2020.

Movimentações para 2026

A um ano do prazo para criação de novos partidos e registro de federações para as eleições de 2026, as articulações partidárias se intensificam. A cláusula de barreira, mais rígida, ameaça partidos pequenos como Avante, PRD, Solidariedade e Novo, que avaliam fusões ou federações para garantir acesso ao fundo partidário e tempo de TV. Entre os grandes, o PT cogita desfazer a federação com PCdoB e PV para disputar a Presidência sozinho. Já Progressistas e União Brasil negociam uma federação robusta, sem o Republicanos, que agora estuda aliança com o MDB. O PSDB vai encerrar a federação com o Cidadania e negocia fusão com Podemos e Solidariedade. PDT e PSB pausaram as tratativas de federação, mas podem retomar. PSOL e Rede também consideram se separar, mas ainda não definiram novos rumos.

Reforma Eleitoral

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou nesta segunda-feira, 7 de abril de 2025, que iniciou diálogos com líderes dos principais partidos políticos para discutir uma possível reforma no sistema eleitoral brasileiro. Durante uma palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Motta expressou apoio à implementação do voto distrital misto para as eleições de vereadores e deputados estaduais, distritais e federais, em substituição ao atual sistema proporcional. Ele afirmou que os maiores partidos demonstram predisposição para avançar nessa mudança e sugeriu a criação de uma comissão especial na Câmara para aprofundar o debate sobre o tema.

Caminhos Abertos para 2026

Faltando cerca de um ano e meio para as eleições de 2026, tanto o governo quanto a oposição enfrentam desafios significativos para se consolidarem no cenário eleitoral. De um lado, o presidente Lula (PT), provável candidato à reeleição, ainda não conseguiu estabelecer uma marca clara para seu terceiro mandato. Desde o esvaziamento da narrativa sobre os atos de 8 de janeiro de 2023, o governo tem apostado na reedição de programas sociais antigos. Embora esses programas sejam reconhecidos por boa parte da população segundo a pesquisa Quaest, 67% apontam algum impacto positivo, eles já não garantem o mesmo retorno político de outrora.

A mesma pesquisa mostra que 70% da população não teme perder os benefícios sociais caso Lula deixe o poder, e 62% acreditam que ele não deveria disputar a reeleição. Ainda assim, Lula lidera as intenções de voto para 2026.

Do outro lado, a oposição vive um impasse. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que divide a liderança nas pesquisas com Lula, segue inelegível e dificilmente reverterá essa situação. Mesmo assim, insiste em manter vivo seu projeto político, o que trava a articulação de outros nomes da direita. Essa indefinição dificulta a construção de uma alternativa clara ao governo. Entre os pré-candidatos oposicionistas, destacam-se os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Romeu Zema (Novo-MG), Ratinho Júnior (PSD-PR) e Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), além de figuras ligadas ao bolsonarismo, como Michelle Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Pablo Marçal.

Tarcísio, considerado o nome com maior potencial eleitoral, tem evitado se colocar como presidenciável, reafirmando apoio a Bolsonaro. Enquanto isso, Caiado oficializou sua pré-candidatura, tentando se projetar nacionalmente. O cenário na direita segue fragmentado, com disputas internas entre o bolsonarismo mais ideológico e uma direita mais pragmática. A demora na definição de um nome competitivo pode dificultar a estratégia eleitoral da oposição, que depende dessa escolha para construir alianças e um programa de governo. Em um ambiente onde a campanha oficial dura apenas 45 dias, a indefinição pode favorecer o governo.

Bolsonarismo mobiliza, mas anistia empaca

A manifestação liderada por Jair Bolsonaro na Avenida Paulista, no domingo (6), reuniu cerca de 50 mil pessoas, demonstrando a força do bolsonarismo mesmo com o ex-presidente inelegível e sob investigação. Bolsonaro defendeu a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e atacou o Judiciário. O evento teve a presença de governadores da direita, alguns pré-candidatos à Presidência, indicando alinhamento com Bolsonaro de olho no apoio dele em 2026. Apesar da mobilização, a pauta da anistia encontra resistência popular: 56% dos brasileiros são contra a libertação dos presos, segundo a Quaest. A pesquisa também mostra alta rejeição a Bolsonaro (55%) e percepção majoritária de que ele participou do plano de golpe. Assim, apesar da força nas ruas, a pauta da anistia deve continuar travada no Congresso.

Notícias da Semana



Agentes criticam união de cargos na PF defendida por associação

METRÓPOLES



Carlos Bolsonaro presta depoimento à PF no caso "Abin paralela"

METRÓPOLES



Hugo confirma entrega da PEC da Segurança por Lewandowski nesta terça (8)

**CNN
BRASIL**



Câmara votará urgência de 4 PLs do Judiciário; anistia fica de fora.

**PODER
360**



Presidente da Câmara fala em 'vencer a agenda' da anistia ao 8 de janeiro

veja



Motta conversa com caciques partidários sobre reforma do sistema eleitoral

veja



Sessão Plenária Ordinária

Terça-feira (08) - 14h

PEC 37/2022 - Inclui guardas municipais e agentes de trânsito na segurança pública

PEC 37/2022 - senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB) e outros - Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública

Relator: senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)

Parecer: pela aprovação com emenda.

Sessão Plenária Ordinária

Quinta-feira (10) - 11h

PL 4089/2023 - Prevê multa para banco que fizer consignado sem autorização

PL 4089/2023 - ex-deputado Edgar Moury (MDB-PE) - Altera as Leis n°s 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Relator: senador Otto Alencar (PSD-BA)

Parecer: pela aprovação.



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (08) - 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n° 9

PL 2734/2021 - Concede Porte de Arma de Fogo para Advogados

PL 2734/2021 - Flávio Bolsonaro (PL-RJ) - Altera a Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos advogados, para defesa pessoal.

Relator: senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

Parecer: pela aprovação.

Comissão de Segurança Pública (CSP)

Quarta-feira (09) - 10h30 - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n° 6

Audiência Pública

Tema: Prestar informações sobre a suspensão dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) mantidos entre a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) e com os Ministérios Públicos Estaduais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECOS).

Convidado:

Sr. Ricardo Lewandowski - Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Quarta-feira (01) - 09h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n° 3

Audiência Pública

Tema: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021, que "dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras". Conforme entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes temas na presente Audiência Pública: Tema 1: Participação Feminina nas Eleições Tema 2: Distribuição das vagas no sistema proporcional

Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Terça-feira (08) - 13h55

PL 6969/2013 - Lei do Mar (Emenda nº1 - Destina parte dos recursos ao FUNAPOL)

PL 6969/2013 - ex-deputado Sarney Filho (PV-MA) e outro - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Relator: deputado Tulio Gadêlha (REDE-PE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)

Terça-feira (08) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 08

REQ 1/2025 CASP - deputada Adriana Ventura (NOVO-SP) - Requer a realização de audiência pública para debater sobre a remuneração variável de servidores da administração pública brasileira.

REQ 13/2025 CASP - deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público Saúde destinada a discutir as perspectivas de mudança da organização e das atribuições da Polícia Rodoviária Federal e possibilidade de incorporação das polícias ferroviária e portuária.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Terça-feira (01) - 14h30 - Local : Anexo II, Plenário 01

PL 4365/2021 - Fixa prazos mínimos para o INSS analisar pedidos de benefícios e aposentadorias

PL 4365/2021 - deputado Sidney Leite (PSD-AM) - Altera a Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de fixar prazo para a concessão de Aposentadoria por Invalidez, de Aposentadoria por Idade, de Aposentadoria por Tempo de Serviço, de Aposentadoria Especial, de Auxílio Doença, de Salário-Família, de Salário-Maternidade e de Pensão por Morte.

Relatora: deputada Laura Carneiro (PSD-RJ)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do Projeto de Lei n° 2.918/2023, apensado, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, com subemenda.

Comissão de Previdência, Assistência Social...(CPASF)

Quarta-feira (09) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 07

PL 2567/2011 - Regulamenta desaposentação no INSS

PL 2567/2011 - ex-senador Rodrigo Rollemberg - Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho.

Relatora: deputada Laura Carneiro (PSD-RJ)

Parecer: aprovação dos Projetos de Lei nº 5.668, de 2009, nº 5.693, de 2009, nº 6.951, de 2010, nº 7.369, de 2010, nº 1.168, de 2011, nº 7.842, de 2014, nº 8.007, de 2014, nº 1.990, de 2015, nº 7.098, de 2017, nº 2.920, de 2015, , nº 3.541, de 2015, nº 5.080, de 2016, nº 7.761, de 2017, e nº 10.466, de 2018, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, todos na forma do Substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSP)

Terça-feira (08) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 3113/2019 - Exige a apresentação de exame toxicológico para a obtenção de autorização para porte ou posse de arma de fogo

PL 3113/2019 - senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) - Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para exigir a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo para obtenção de autorização de posse ou porte de arma de fogo.

Relator: deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela rejeição.

PL 3517/2023 - Institui o Plano Nacional de Segurança de Fronteiras - PNPf

deputado Marcos Pollon (PL-RS) - Institui o Plano Nacional de Segurança de Fronteiras - PNPf, altera a Medida Provisória Nº 2.045-7, de 21 de dezembro de 2000, que Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.

Relator: Delegado Caveira (PL-PA)

Parecer: pela aprovação com emenda.

PL 1097/2024 - Prevê dispensa de licitação para facilitar medidas contra crimes de repercussão

PL 1097/2024 - deputado Amom Mandel (CIDAD-AM) - Dispõe sobre as medidas integrativas a serem adotadas na hipótese de crime de repercussão, altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

Relator: deputado Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL)

Parecer: pela rejeição.

PL 1532/2024 - Isenta policiais e demais agentes da segurança pública de impostos sobre gratificações

PL 1532/2024 - deputado Sargento Isisdório (AVAN-BA) Propõe isentar policiais e demais agentes da segurança pública, dos impostos sobre rendimentos a título de alimentação, transporte, fardamento e gratificações pagas para compensar os riscos da atividade.

Relator: deputado Aluisio Mendes (REPUBLIC-MA)

Parecer: pela aprovação deste na forma do substitutivo e pela rejeição da emenda 1.

PL 2668/2024 - obriga procedimentos adequados em crimes homotransfóbicos nos sistemas de segurança pública

Erika Hilton (PSOL-SP) - Institui a obrigatoriedade do registro e processamento adequado de práticas e crimes homotransfóbicos nos sistemas de segurança pública brasileiro.

Relator: deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela aprovação deste na forma do substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSP)

Terça-feira (08) - Logo em seguida - Local : Anexo II, Plenário 06

REQ 38/2025 CSPCCO - deputada Delegada Ione (AVANTE-MG) - Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

REQ 48/2025 CSPCCO - deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) - Requer o encaminhamento de indicação à Direção-Geral da Polícia Federal para sugerir a instauração de investigação sobre os atos de violência, tortura e invasão de propriedade por supostos indígenas ocorridos na Fazenda Monte Alto, no município de Prado/BA.

REQ 49/2025 CSPCCO - deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) - Requer o encaminhamento de indicação ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, em conjunto ao Diretor-Geral da Polícia Federal, para adoção de medidas e investigações nas áreas que foram objeto de invasão de terra no sul da Bahia.dígenas ocorridos na Fazenda Monte Alto, no município de Prado/BA.

REQ 51/2025 CSPCCO - deputado Alberto Fraga (PL-DF) - Requer informações do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski , do Ministério da Justiça e Segurança Pública, acerca de gravíssimo vazamento no âmbito de inquérito da Polícia Federal com potencial de prejudicar as relações internacionais do País com o Paraguai, inclusive no âmbito da segurança pública.

REQ 70/2025 CSPCCP - deputada Caroline de Toni (PL-SC) - Solicita realização de Audiência Pública para discutir o “Combate a Crimes Cibernéticos contra Crianças e Adolescentes”.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*